

As reservas cambiais chegam ao fundo do tacho

20 MAI 1987

Diário Externo

O Brasil, com reservas cambiais de apenas US\$ 2,5 bilhões, está prestes a ampliar a moratória externa — não por decisão política, mas por imposição da realidade cambial — que hoje só atinge os bancos comerciais privados, suspendendo também o pagamento das amortizações e juros devidos às instituições governamentais de crédito dos países membros do Clube de Paris.

JORNAL DA TARDE

Mais uma vez, conforme declarou o ministro Bresser Pereira, o governo se vê diante de uma situação de fato, sem ter como pagar, a menos que seja restabelecido o fluxo de recursos desses bancos governamentais para a economia brasileira. Em outras palavras, os governos dos países industrializados, que concluíram conosco o tão decantado Acordo de Paris — ao contrário do que garantiria o dr. Funaro —, não estão concedendo novos financiamentos ao País. E também, ao contrário do que afirmava o ex-ministro da Fazenda, só restabelecerão o nosso crédito se receberem um relatório favorável, isto é, um aval do FMI.

Mas o ex-ministro Funaro, em um de seus costumeiros delírios, havia assegurado no começo deste ano que seus contatos com os governos dos países do Clube de Paris tinham sido coroados de êxito, não havendo motivos para preocupação, pois logo as instituições oficiais de crédito voltariam a liberar seus recursos ao Brasil. No entanto, a realidade é bem outra, como se conclui das palavras do ministro Bresser Pereira, já que os governos dos países credores adotaram, como é compreensível, um comportamento solidário com os interesses de seus bancos comerciais.

Agora, cabe ao FMI, que o ex-ministro da Fazenda tanto hostilizou, afiançar o nosso crédito junto ao Clube de Paris. Mas qual será o teor do relatório da missão que se encontra há mais de 20 dias no País? É realmente muito difícil de responder essa pergunta, porque apesar da discrição dos funcionários do organismo internacional é sabido que eles estão deixando o Brasil desalentados com a perda de controle sobre o déficit público.

O problema é gravíssimo, pois a missão não teve sequer condições de levantar com precisão o déficit do ano passado e muito menos de fazer uma previsão para 1987, em razão das discrepâncias dentro da equipe econômica do governo. Também não houve condições, como noticiamos em nossa edição de ontem, para formular uma hipótese de trabalho sobre o comportamento da inflação, que igualmente pode escapar de controle, inviabilizando totalmente os investimentos produtivos.

Essa terrível crise político-econômico-financeira que atinge a oitava economia do mundo ocidental provoca, como é natural, apreensões sem conta nos países industrializados, que se refletem no noticiário e editoriais de seus principais jornais sobre a nossa instabilidade política, pois tanto os bancos credores como os governos e os organismos multilaterais não se dispõem a negociar com o Brasil, enquanto persistir o atual impasse político, pois ninguém sabe quanto tempo vai durar este governo perdido em discussões sobre tamanhos de mandatos e a ferrovia Norte-Sul, para a qual não há recursos, ou se o novo ministro da Fazenda será o mesmo dentro de um mês (é óbvio que esse clima de incertezas retarda importantes decisões, como os anunciados empréstimos do Banco Mundial ao País, no valor de US\$ 1,5 bilhão, que deveriam ser aprovados até o final de junho).

Todos esses fatos, lamentavelmente, confirmam as informações que vêm sendo transmitidas até por ministros de Estado, segundo as quais a situação financeira do Brasil é hoje desesperadora, muito pior do que revelam as escassas estatísticas disponíveis, causadoras do desalento da equipe do FMI.

É contra esse sombrio cenário econômico que deve ser vista a tentativa do presidente Sarney de enfrentar a ala mais radical do PMDB, decidindo por conta própria que seu mandato será de cinco anos. Será? A crise, sem dúvida, é o único trunfo do presidente neste embate. Ela é grave demais para que qualquer brasileiro responsável veja com satisfação a perspectiva de mudar de governo neste momento. Mas, ao usar o argumento da crise econômica para provar sua tese de que o País não aguenta uma troca de governo neste momento, o presidente José Sarney se iguala ao dr. Funaro e admite que até ontem era um dos responsáveis pelo engodo da opinião pública.

O presidente Sarney que advertiu os brasileiros sobre os riscos da explosão descontrolada dos preços e da recessão é o mesmo homem que não titubeou em utilizar o Plano Cruzado para garantir a vitória das correntes políticas que o apoiavam, nas eleições de novembro do ano passado. Foi ele, com seu populismo perigoso, que deixou o sr. Funaro nos empurrar para o abismo e dizer ao povo que estávamos criando uma economia com a inflação da Suíça e um crescimento maior que o do Japão.

O pronunciamento do presidente, cuja sorte pode estar sendo decidida pela bancada do PMDB no momento em que redigimos este editorial, apenas confirma todas as nossas denúncias e advertências sobre o desastre hoje universalmente reconhecido. A ponto de servir de argumento da luta política entre Sarney e a ala radical do PMDB. Se esse grupo de políticos mais ou menos irresponsáveis impuser sua hegemonia sobre as demais correntes reunidas no partido que deveria dar sustentação ao governo, o ministro Bresser Pereira pode arrumar as malas e ir embora, pois o PMDB se terá transformado num partido oposicionista e o Brasil será governado por um presidente sem maioria no Congresso Constituinte.

Todos esses acontecimentos são extremamente prejudiciais nesta hora difícil, quando um pequeno grupo de pessoas de bom senso atuando dentro do governo tenta impor uma estratégia econômica racional, compatível com a economia de mercado e congruente com a permanência do País como membro ativo da comunidade internacional de nações, consciente de seus direitos, mas também cumpridor dos seus deveres.

O momento exige desprendimento, seriedade e responsabilidade. Exige a grandeza dos estadistas. Exige um não à demagogia e o respeito à realidade. O Brasil não merece essa classe política que o humilha perante os países civilizados.